



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Processo nº 0147.001.0006037

Requerente: Vereadora Imilia de Souza

Súmula: Projeto de Lei: que "Institui a campanha de conscientização e incentivo a doação de sangue denominada "Junho Vermelho", no município de Sapucaia do Sul".

RELATÓRIO

Versa o expediente sobre proposição, de origem de Vereadora com assento nesta Casa Legislativa, a qual "Institui a campanha de conscientização e incentivo à doação de sangue denominada 'junho vermelho', no município de Sapucaia do Sul". Vem o expediente instruído com mensagem justificativa e projeto de lei anexo.

PARECER

A competência municipal para instituir datas comemorativas emana da Lei Orgânica Municipal, que estatui:

Art. 7º Ao Município compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)

XXXIV - dispor sobre espetáculos e diversões públicas;

Já a competência da Câmara Municipal para iniciativa de projetos sobre a matéria é fixada pela LOM:

Art. 36. Compete à Câmara Municipal deliberar, com a sanção do Prefeito, sobre todas as matérias da competência do Município, (...). Grifamos.

A proposta em exame, à primeira vista, não se situa fora da esfera de atuação do Poder Legislativo, considerando que a autonomia legislativa para assuntos de interesse local é garantida pela Constituição



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081




Federal, inclusive no que diz respeito a suplementar a legislação federal e estadual, no que couber (art. 30, I e II), e levando em conta que a regulamentação da competência legislativa a nível municipal (Lei Orgânica) não contém nenhuma disposição que reserve privativamente ao Poder Executivo a iniciativa sobre fixação de datas comemorativas e eventos municipais, sendo requisito nesse aspecto apenas que o ato se dê com a sanção do Prefeito.

Dito isso, levando-se em consideração o escopo do projeto de lei em análise, qual seja, a instituição de evento comemorativo no Calendário Oficial da cidade, verificamos que, não óbice legal para tal intento pela Câmara de Vereadores.

A respeito do art. 3º da proposição, que atribui prazo para regulamentação da lei, cumpre trazermos a lição do saudoso mestre Hely Lopes Meirelles:

"As leis que trazem a recomendação de serem regulamentadas não são exequíveis antes da expedição do decreto regulamentar, porque esse ato é conditio juris da atuação normativa da lei. Em tal caso, o regulamento opera como condição suspensiva da execução da norma legal, deixando seus efeitos pendentes até a expedição do ato do Executivo. Mas, quando a própria lei fixa o prazo para sua regulamentação, decorrido este sem a publicação do decreto regulamentar, os destinatários da norma legislativa podem invocar utilmente seus preceitos e auferir todas as vantagens dela decorrentes, desde que possa prescindir do regulamento, porque a omissão do Executivo não tem o condão de invalidar os mandamentos legais do Legislativo. Todavia, se o regulamento for imprescindível para a execução da lei, o beneficiário poderá utilizar-se do mandado de injunção para obter a norma regulamentadora (CF, art. 9, LXXI)".





CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



(in "Direito Administrativo Brasileiro", 42ª edição, Editora Malheiros, 2015, p.151)

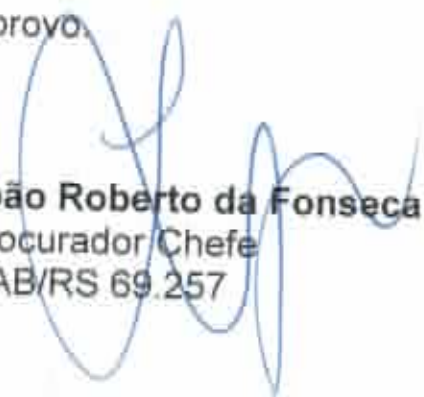
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, encaminhamos o parecer no sentido do prosseguimento do projeto à sua tramitação regimental. À consideração superior, para as devidas providências, e com a aprovação, encaminhe-se o expediente à Diretoria Legislativa para adoção das diligências cabíveis.

Sapucaia do Sul, 24 de Julho de 2017.


Pablo José Camboim de Souza
OAB/RS 50.493, Matrícula 881

Aprovo.


João Roberto da Fonseca Junior
Procurador Chefe
OAB/RS 69.257